

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.Sas o relatório da administração e as correspondentes demonstrações contábeis combinadas do exercício de 2021 do Sicoob Espírito Santo – Sicoob ES em milhares de reais, na forma da legislação em vigor. As demonstrações contábeis completas estão disponíveis no site Sicoob ES (www.sicoobes.com.br)

As Cooperativas que compõem o Combinado do Sicoob Espírito Santo, conforme sua participação no capital social do Sicoob Central ES (CNPJ: 32.428.294/0001-43) são:

Cooperativas	CNPJ	31/12/2021	31/12/2020
Sicoob Sul Litorâneo	32.474.884/0001-02	11.231	10.380
Sicoob Sul	32.467.086/0001-53	35.841	33.996
Sicoob Leste Capixaba	32.430.233/0001-10	52.075	49.689
Sicoob Centro-Serrano	31.804.966/0001-05	20.716	19.170
Sicoob Norte	31.815.293/0001-99	21.673	20.320
Sicoob Sul-Serrano	00.815.319/0001-75	39.658	37.638
Sicoob Credirochas	03.358.914/0001-17	12.559	11.531
	Total	193.753	182.724

1. Política Operacional

Em 2021, o Sicoob ES completou 32 anos, mantendo a vocação de instituição financeira cooperativa atrativa para investimentos, obtenção de crédito e utilização de serviços financeiros. A distribuição dos produtos e serviços aos cooperados e comunidade em geral é realizada através dos pontos de atendimento físicos e por meio digital.

Os produtos e serviços do Sicoob ES são idealizados levando em consideração as necessidades dos cooperados e o alcance da nossa visão empresarial que é “ser referência em cooperativismo, promovendo o desenvolvimento econômico e social das pessoas e comunidade”.

2. Cenário Econômico

O ano de 2021 ainda foi marcado globalmente pelos impactos da pandemia de covid-19, tendo implicações e reflexos no cenário econômico e no modo de vida das pessoas. A adoção de medidas restritivas continuou sendo necessária, a fim de conter o avanço do contágio em determinados momentos do ano, resultando em quedas nunca observadas nos índices de atividades econômicas em praticamente todos os países.

Ao longo do 2º semestre as economias mostraram uma recuperação parcial a partir dos momentos mais críticos, porém, alguns picos no número de contaminados em diversas regiões renovou os temores de reversão dessa retomada. No Brasil, a economia acompanhou a mesma tendência internacional, com as preocupações agravadas pela percepção de uma herança fiscal bastante crítica em um contexto político permanentemente turbulento. Contudo, o avanço da vacinação trouxe mais normalidade para a vida das pessoas, possibilitando o retorno das atividades em grupo, mostrando que era possível iniciar a retomada das tarefas cotidianas e econômicas.

Com base nos números divulgados de 2021, o segmento do comércio varejista, cujo nível das vendas medidas pela PMC-IBGE fechou em 1,4%. O consumo de bens foi beneficiado durante este período atípico, amparado pelo auxílio emergencial do governo federal, valor crucial para a sustentação do consumo, em especial das famílias mais fragilizadas e dos trabalhadores informais.

O setor industrial também tem mostrado uma dinâmica positiva nos últimos meses, tendo alcançado em dezembro um crescimento de 2,9% (dados da PIM-IBGE). Apesar da melhora, no acumulado do ano a produção industrial ainda apresenta recuo de 3,9%.

O setor de serviços com a redução das restrições obteve melhores resultados, a PMS-IBGE mostrava em fevereiro o índice de 4%. No acumulado entre janeiro e dezembro, o volume de serviços encerrou o ano em 10,9%.

Sendo um indicador geral da atividade econômica, o índice IBC-Br apresentou em dezembro, a segunda alta consecutiva na margem, após alguns recuos nos meses anteriores. Na comparação entre os meses de dezembro de 2021 e de 2020, houve crescimento de 1,30% na série sem ajustes sazonais. Esta série registrou 141,46 pontos no último mês do ano, o melhor desempenho para o período desde 2014 (145,48 pontos).

Os resultados do terceiro trimestre de 2021 do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro (-0,1%) frente ao trimestre imediatamente anterior, conforme dados divulgados pelo IBGE, revelam que a economia brasileira encolheu pelo segundo trimestre consecutivo, registrando um dos piores desempenhos econômicos do mundo.

Os setores do agronegócio foram beneficiados pela taxa de câmbio em níveis elevados em 2020, favorecendo as exportações do setor, que alcançaram cerca de US\$ 101 bilhões, de acordo com dados compilados pelo Ministério da Agricultura (crescimento de 4,1% ante 2019), refletindo também o forte desempenho das vendas de café e açúcar no mercado internacional. A demanda externa favorável, contribuiu para a capitalização dos produtores, sobretudo os de soja, incentivando maiores investimentos no setor.

Pelo lado da oferta, o resultado do terceiro trimestre foi influenciado pelo setor agropecuário (-8,0%) através do encerramento da safra da soja, grão que domina a produção agrícola e principal item da pauta exportadora brasileira.

A indústria, setor que responde por cerca de 20% do PIB nacional e poderia ser um vetor de crescimento e desenvolvimento, segue estagnada 0,0% e o resultado só não foi pior por conta do crescimento na construção civil 3,9%. Analisando especificamente a indústria de transformação, são três trimestres seguidos de queda: no primeiro trimestre de 2021 (-0,4%), no segundo trimestre (-2,5%) e no terceiro trimestre (-1,0%), depois de encerrar 2020 com um tobo de 4,4%.

Os dados da PNAD durante a Covid-19, mostraram um descolamento da renda efetiva do trabalho da renda habitual. Tal descolamento também foi observado na PNAD Contínua, onde deve se considerar com mais atenção a renda efetiva para avaliação da conjuntura dos rendimentos ao longo dos anos de 2020 e 2021. Os rendimentos habituais reais médios, apresentaram uma queda de 11,1% no terceiro trimestre de 2021 em comparação com o mesmo trimestre de 2020, intensificando uma retração que se iniciou no trimestre terminado em abril. Contudo, tal movimento é apenas o inverso (um ano depois) do observado no início da pandemia, quando os rendimentos habituais apresentaram um aumento acelerado, atingindo um crescimento interanual de 8,2% no trimestre móvel entre maio e julho de 2020, tendo desacelerado após o terceiro trimestre. Na comparação com o terceiro trimestre de 2019, portanto, antes da pandemia, os rendimentos habituais caíram 4,3% no terceiro trimestre de 2021. Esses indicadores podem ter sido afetados com os impactos da pandemia sobre os rendimentos, bem como a importância do Auxílio Emergencial.

De acordo o IPEA, o saldo das operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), como porcentagem do PIB atingiu 52,9 % em setembro de 2021, após registrar um segundo trimestre de queda e um terceiro trimestre de crescimento. Na comparação do saldo no fim deste trimestre (setembro de 2021) e o fim do segundo trimestre (junho de 2021), o saldo total das operações de crédito do SFN aumentou 2% em termos reais, sendo que a carteira de pessoa física (PF) cresceu 2,6% e houve 1,2% de crescimento da carteira de pessoa jurídica. Entre recursos livres e direcionados, o crescimento trimestral foi de 2,0% e 1,9%, respectivamente. Apesar do crescimento maior do segmento PF, é importante salientar que o saldo da carteira de pessoa jurídica (PJ) acelerou em relação à queda de 1,2% observada na comparação entre o primeiro e o segundo trimestres.

O IPEA também destacou a estabilidade da inadimplência para PF e PJ resistente aos altos níveis de endividamento e comprometimento da renda com o serviço da dívida dessazonalizado e ao aumento das taxas de juros. Há um grande salto no endividamento a partir de junho de 2020, ao passo que o comprometimento de renda permanece estável, em níveis históricos elevados. O movimento mais acentuado de queda na inadimplência começou em junho de 2017, descolado de qualquer redução mais

acentuada no endividamento ou no próprio comprometimento de renda. O movimento de queda no endividamento que antecede à redução de inadimplência ocorreu em setembro de 2015, uma defasagem de quase dois anos.

A inflação oficial, medida pelo IPCA, fechou o ano pressionada, com variação de 10,06%. Parte relevante da pressão observada no ano decorreu da alta dos preços de alimentos em grande medida, ocasionada pela forte desvalorização cambial e aumento global do consumo destes itens, em virtude da pandemia.

No âmbito estadual, a nossa economia teve desempenho acima da nacional, pois o Índice de Atividade Econômica Regional (IBCR-ES) divulgado pelo BACEN, que antecede a divulgação do PIB, apresentou avanço da atividade econômica no acumulado no terceiro trimestre de 2021 no Espírito Santo. Apenas o setor da agropecuária registrou desempenho negativo frente ao terceiro trimestre do ano passado (-5,5%). Já serviços e a indústria avançaram 10,8% e 9,4%, respectivamente. Já a atividade do setor industrial aumentou 9,4% em comparação com o terceiro trimestre de 2020, impulsionada pelo expressivo avanço da construção 48,0%, da indústria de transformação 15,6% e de energia e saneamento 6,4%.

2.1 Pandemia Coronavírus (Covid-19)

No exercício de 2020, a economia mundial foi impactada negativamente pela propagação da doença respiratória ocasionada pelo novo Coronavírus (Covid-19), elevada ao nível de pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS). No exercício de 2021, o mercado apresentou uma melhora em função do avanço da vacinação e a queda da quantidade de óbitos.

No final do ano 2021 a variante Ômicron impulsionou uma onda de casos na Europa e nos EUA refletindo um aumento nas contaminações em diferentes partes do mundo, incluindo o Brasil, onde a variante é dominante no início de 2022. Apesar do avanço das contaminações, já existem indícios que em breve ocorrerá uma redução dos casos.

O Sicoob ES adotou diversas medidas preventivas recomendadas por especialistas e pelo Ministério da Saúde, reafirmando o compromisso com a saúde e segurança dos seus colaboradores, associados e a sociedade.

Ao mesmo tempo, o Sicoob ES tem trabalhado para garantir serviços financeiros de qualidade, estando preparado para continuar atendendo às demandas de seus associados.

Entre as ações adotadas, destacam-se:

2.1.1 Aplicativo Sicoob

O aplicativo Sicoob reúne diversas soluções financeiras e de compras, ofertando ao associado uma melhor experiência como associação digital, simulação e contratação de crédito, seguros, recarga de celular, meios de pagamentos e transferências eletrônicas (TED, DOC, Pix, Boletão), depósito de cheque online, consultas de saldos e extratos, investimentos, débito automático, gestão de cartões, configuração de limites personalizados, depósitos de cheques, saques sem cartão, contrato de produtos digitais, dentre outros.

Além do autoatendimento dos produtos e serviços via app Sicoob, também oferecemos através app e no Whatsapp, a possibilidade de um contato personalizado via chat com nossa assistente virtual Alice ou diretamente com nossos funcionários, fornecendo assim uma maior comodidade e segurança ao associado.

Além do nosso aplicativo, também disponibilizamos em nosso site www.sicoob.com.br/sicoobnet a possibilidade de utilizar as mesmas funcionalidades a partir do computador.

Visando um engajamento corporativo destinado exclusivamente aos cooperados da instituição, o Sicoob criou o app Sicoob Moob. Este app reúne diversas funcionalidades úteis e inovadoras como divulgação de eventos, assembleias e eleições das cooperativas, confirmação de presença e acesso aos convites. Além destas funcionalidades, possibilitamos a oferta de propostas e negociação de bens das cooperativas do Sicoob ES em nossa Comunidade de Negócios, contendo fotos e informações dos produtos, negociação de valores e esclarecimentos.

3. Novas Linhas de Crédito

Em 2021 foi iniciado Produto Parceiro Mais que tem por objetivo disponibilizar uma solução de financiamento de bens e serviços para os lojistas que queiram se cadastrar e assim ofertarem esta opção de crédito para seus clientes, visando facilitar o acesso ao crédito para a população e impulsionando o mercado da região.

Outra ação desenvolvida em 2021 foi o aumento da carteira de Pronampe (Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte), que se trata de do programa do Governo Federal que tem como finalidade de desenvolvimento do Micro e Pequeno empresário. Este crédito pode ser utilizado para investimentos e capital de giro isolado ou associado ao investimento, isso significa que os recursos obtidos podem ser utilizados para investimento no negócio e/ou para despesa operacionais alavancando desta forma o mercado local. Destas operações liberadas, o Sicoob ES poderá requerer em garantia do Fundo Garantidor de Operação – FGO, regido pela Lei 12.087 de 2009, em 100% do valor de cada operação em garantia.

Por fim em dezembro de 2021 foi iniciado o Projeto Água Limpa + Saúde consiste no acordo de cooperação entre SICOOB ES e Empresas Parceiras, com o objetivo de promover, divulgar e incentivar que produtores rurais do Espírito Santo adotem em suas propriedades o tratamento adequado do esgoto sanitário doméstico através da instalação de biodigestor. O Sicoob participa do projeto disponibilizando o financiamento a baixo custo (taxa de 0,99 a.m) e concedendo um bônus de adimplência de 100% dos juros da parcela paga de forma adimplente.

4. Nosso Desempenho

4.1) Resultado

Demonstração do Resultado do Período	Em Milhares R\$		%
	Jan a Dez/2021	Jan a Dez/2020	Varição
Resultado da intermediação Financeira antes dos Créditos de Liquidação Duvidosa	913.442	730.261	25,08
Despesa de provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(214.913)	(265.491)	(19,05)
Receita de recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	94.920	67.308	41,02
Receitas de Prestação de Serviços e de Tarifas	285.756	240.296	18,92
Despesas com Pessoal, Outras Despesas Administrativas e Operacionais	(431.269)	(370.502)	16,40
Despesas tributárias	(12.404)	(12.677)	(2,15)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	11.442	8.191	39,69
Juros ao Capital	(48.464)	(27.364)	77,11
Sobra Bruta do Exercício	583.877	347.485	68,03

Contribuíram para compor as Sobras do exercício de 2021:

Receitas de prestação de serviços e de tarifas bancárias: aumento de 18,92%, o resultado da intermediação financeira aumentou 25,08% em relação ao mesmo período de 2020.

Redução na despesa com Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa com em 19,05% comparado ao mesmo período de 2020.

A relação entre as receitas de prestação de serviços e de tarifas frente às despesas de pessoal, outras despesas administrativas e operacionais, foi de 66,26%, melhora de 1,40% pontos percentuais em relação ao exercício de 2020.

A remuneração do Juros ao Capital em 2021 foi de R\$ 48.464 mil, 77,11% superior ao mesmo período do ano anterior.

As Sobra Brutas tiveram aumento de 68,03% em relação a 2020, atingindo um total de R\$ 583.877 milhões.

4.2) Dados Patrimoniais

Em Milhares R\$

%

Balço Patrimonial	Jan a Dez/2021	Jan a Dez/2020	Varição
Ativos Totais	12.535.177	10.348.022	21,14
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3.182.367	2.756.200	15,46
Títulos e Valores Mobiliários	1.574.361	1.508.915	4,34
Carteira de Crédito	7.804.826	6.118.607	27,56
Depósitos	7.818.346	6.773.184	15,43
Obrigações por emissão de letras de crédito do agronegócio e imobiliário	858.658	413.381	107,72
Patrimônio Líquido	2.694.659	2.212.431	21,80

Os destaques para o crescimento da Cooperativa no exercício de 2021:

O total de ativos atingiu a marca de R\$ 12.535.177 mil ao final do exercício de 2021, com crescimento de 21,14% em relação ao mesmo período do ano anterior, demonstrando o caminho de crescimento de suas operações e serviços para seus associados e superando a marca dos 12 bilhões em ativos.

Em 31 de dezembro de 2021 o saldo da carteira de crédito superou a marca de 7 bilhões de reais, atingindo o montante R\$ 7.804.826 mil de recursos disponibilizados aos associados, com crescimento de 27,56% em relação a 31 de dezembro de 2020.

Os depósitos obtiveram um aumento de 15,43% considerando o mesmo período de 2020, atingindo no final do exercício de 2021 o montante de R\$ 7.818.346 mil e dessa forma passando da marca de 7 bilhões de depósitos efetuados pelos associados.

O patrimônio líquido cresceu 21,80% em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo assim o valor de R\$ 2.694.659 mil.

4.2.1) Carteira de crédito por produto e segregação de PF e PJ

Carteira de Crédito	31/12/2021			31/12/2020			Varição	
	PF	PJ	Total	PF	PJ	Total	Valor total	% Total
Crédito Rural	743.933	155.310	899.243	548.159	73.038	621.197	278.046	44,76
Crédito Comercial	1.414.116	5.491.467	6.905.583	1.182.413	4.314.997	5.497.410	1.408.173	25,62
Total	2.158.049	5.646.777	7.804.826	1.730.572	4.388.035	6.118.607	1.686.219	27,56

Em Milhares R\$

4.2.2) Volume de crédito liberado em 2021 e 2020

Descrição	2021	2020
Total de Crédito Liberado	6.565.467	5.553.004
Crédito rural	698.604	465.141
Empréstimo e Financiamentos	3.818.643	3.561.165
Títulos Descontados	2.048.220	1.526.698
No. de operações (Empréstimos e Crédito Rural)	79.061	66.504
Valor Médio das Operações (Empréstimos e Crédito Rural)	57	61

5. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados. A Cooperativa realiza também todas as consultas cadastrais e faz a avaliação do associado por meio do Rating (avaliação por pontos), buscando assim, garantir ao máximo a liquidez das operações.

É adotada ainda a política de classificação de risco de crédito da carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.682/99. No exercício de 2021, houve uma concentração de 83,77% nos níveis de risco "AA" a "C".

6. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos cooperados definir e assegurar a execução e fortalecimento dos princípios e objetivos da Cooperativa, contribuindo para a sua continuidade.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara segregação de funções. Cabem ao Conselho de Administração, órgão superior da administração da cooperativa eleito pelos Associados, as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A cooperativa é monitorada periodicamente quanto à efetivação dos controles internos. Tal monitoramento é realizado pelo Sicoob Central ES que a partir de janeiro de 2011, centralizou esse serviço adotando padrão de qualidade e atuação compatível com a realidade de nossas atividades, sistemas, produtos e serviços. Integra ainda a área de fiscalização a auditoria interna realizada periodicamente por auditor do Sicoob Central ES cuja metodologia e procedimentos aplicados seguem as políticas e manuais aprovados no sistema.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditores externos, que emitem relatórios conclusivos os quais são levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria sendo emitidos pareceres para conhecimento da Assembleia Geral. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe tal competência, além da autorização de funcionamento.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa utiliza várias ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito é adotado o Manual de Crédito, desenvolvido, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação, homologado pelo Sicoob Central ES, aprovado e instituído pelo Conselho de Administração da Cooperativa. Além do Estatuto Social, são seguidos regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regulamento do Conselho de Administração, o Regulamento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral e o Código de Ética.

A cooperativa ainda adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de carreira que contempla a remuneração adequada, a segregação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos Associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

7. Conselho Fiscal

Eleito na Assembleia Geral Ordinária, com mandato de 3 anos, é um órgão independente da administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática, como representante dos interesses dos associados, os atos da administração, as atividades e operações da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

8. Pessoas

Concluímos o exercício com 505 mil cooperados, crescimento de 26,57% em relação ao exercício anterior. As pessoas e empresas estão encontrando no Sicoob ES produtos e serviços de qualidade a custos justos, corroborando a eficácia do sistema de crédito cooperativo na inclusão financeira, redução da concentração bancária e do *spread* de crédito concedido pelas instituições financeiras brasileiras.

Contávamos com 1.901 colaboradores no final do exercício de 2021. Profissionais dedicados e principais responsáveis pelo índice de satisfação dos associados de 84,50% e 97,40% recomendariam o Sicoob para um amigo ou parente.

A remuneração fixa dos nossos colaboradores e diretores, somada aos seus encargos e benefícios totalizaram R\$ 175.565 mil no exercício corrente.

9. Código de Ética

Todos os integrantes das equipes do Sicoob ES aderiram, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob – Sicoob Confederação. A

partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Tecnologia

Acompanhando as tendências do mercado financeiro, o Centro Corporativo Sicoob teve grandes investimentos em Tecnologia da Informação em 2021 buscando maior competitividade e comodidade para os Associados do Sistema Sicoob. As transações financeiras realizadas nos canais digitais representaram a maioria dos atendimentos do Sicoob ES, contribuindo para maior comodidade, agilidade para o cooperado e menores custos operacionais para as Cooperativas.

11. Sistema de Ouvidoria

O Sicoob ES, conforme previsto na Resolução 4.433 de 23/07/2015 do Conselho Monetário Nacional, trabalha com sistema de ouvidoria centralizado e estrutura compartilhada com o Banco Sicoob.

No exercício de 2021, a Ouvidoria da Cooperativa registrou 1.021 demandas sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos por esta cooperativa. Dessas demandas, 530 foram classificadas procedentes e com exceção de 43 ocorrências, todas as demais foram resolvidas antes do prazo legal estabelecido, que é de 10 (dez) dias úteis, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente. As demais foram classificadas como improcedentes, todas as demais foram respondidas dentro do prazo legal.

12. Agradecimentos

Agradecemos aos nossos colaboradores, pelo empenho e talento que nos permitem obter resultados consistentes, e aos nossos associados pela preferência e pela confiança depositada em nossa Cooperativa de crédito e na nossa Administração.

Vitoria – ES, 11 de fevereiro de 2022.

Conselhos de Administração e Diretoria Executiva do Sicoob ES.

Sistema de Cooperativas de Crédito do Espírito Santo – Sicoob Espírito Santo
Notas explicativas da administração às Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto Operacional

A Cooperativa Central de Crédito do Espírito Santo - Sicoob ES é composta por sete Cooperativas Singulares de primeiro grau. Em 31 de dezembro de 2021 possuíam 161 Pontos de Atendimento Cooperativo, sendo que 123 no Espírito Santo, 36 no Rio de Janeiro e 2 na Bahia, 479 terminais de autoatendimento e 47 Correspondentes atendendo a 504.855 mil associados. Além disso, o Sicoob ES possui operações com poupadores e outros relacionamentos totalizando 230.958 mil pessoas e empresas.

A Cooperativa Central e suas filiadas são acionistas do Banco Cooperativo do Sicoob S.A (“Banco Sicoob” ou “Banco”) que é um banco comercial constituído de acordo com a Resolução CMN nº 2.193, de 31 de agosto de 1995. O Banco Sicoob possui classificação no FitchRating de curto prazo de F1+(bra), este Indica a mais forte capacidade de pagamento, no prazo esperado, de compromissos financeiros em relação a outros emissores ou obrigações do mesmo país. Segundo a escala de Rating Nacional da Fitch, este rating é atribuído ao menor risco de inadimplência em relação a outros do mesmo país. Quando o perfil de liquidez é particularmente forte, acrescenta-se o modificador '+' ao rating atribuído. Analisando o FitchRating de longo prazo é AA-(bra), este Rating denota uma expectativa de risco de inadimplência muito baixa em relação a outros emissores ou obrigações do mesmo país. O risco de crédito embutido nessas operações difere apenas levemente do risco de emissores e obrigações com o mais alto rating do mesmo país. Já sua classificação no RiskBank é BRLP3 (baixo risco para longo prazo, até 5 anos), que é um sistema de classificação de Risco Bancário que classifica e acompanha sistematicamente o risco e a performance das instituições financeiras no Brasil, tornando-se uma ferramenta eficiente para identificar possíveis problemas nas áreas mais sensíveis dos bancos.

O Banco Sicoob ainda é o controlador do Sicoob Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (“Sicoob DTVM”), da Ponta Administradora de Consórcios (“Consórcio Ponta”), do Sicoob Pagamentos Ltda., processadora de cartões de crédito do Sicoob, e do Sicoob Participações em Seguridade S.A. (“Sicoob PAR”) detentora de participação no Sicoob Seguradora.

O Sicoob Central ES junto com outras Cooperativas Centrais existentes no Brasil constituíram a Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. – Sicoob Confederação, entidade de terceiro grau cuja finalidade é a prestação de serviços de representação, supervisão, padronização de procedimentos operacionais e implantação do sistema de controle interno e serviços de tecnologia da informação.

O Centro Cooperativo Sicoob (CCS) tem por finalidade representar institucionalmente o Sistema e é responsável pelas normas, políticas, condutas, processos, tecnologias, produtos, serviços e marcas de todo o Sistema.

A Fundação Sicoob de Previdência Privada (“Sicoob Previ”) é uma entidade de previdência complementar e também faz parte do Sistema Sicoob.

Com atuação expressiva nos estados brasileiros, o Sicoob é uma instituição financeira cooperativa que possui um importante papel quanto ao aspecto social, crescimento e desenvolvimento das comunidades em que atua. O Sicoob oferece todos os produtos e serviços bancários, compartilha os resultados com os associados e aplica os recursos captados nas próprias comunidades, o que movimenta o comércio e a produção, além de criar novas oportunidades de emprego e renda.

1.1 Classificação de Risco Fitch Rating

A Fitch Ratings afirmou em 28 de setembro de 2021 a classificação de risco das Cooperativas do Sicoob ES, atribuindo no curto prazo a nota F1(bra), que indica a mais forte capacidade intrínseca de pagamento

Sistema de Cooperativas de Crédito do Espírito Santo – Sicoob Espírito Santo
Notas explicativas da administração às Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

pontual dos compromissos financeiros. Segundo a escala de Rating Nacional da Fitch, este Rating representa a mais alta qualidade de crédito de curto prazo.

Analisando Fitch Rating de longo prazo a classificação obtida foi A+(bra), este Rating denota baixa expectativa de risco de inadimplência. A capacidade de pagamento dos compromissos financeiros é considerada forte. Essa capacidade, todavia, pode ser mais vulnerável a condições adversas nos negócios ou econômicas do que no caso de categorias de ratings melhores. Segundo a escala de Rating Nacional da Fitch, este Rating representa uma qualidade de crédito alta.

Essa atribuição de classificação indica grau médio elevado de confiança, que está no mesmo nível de risco das grandes instituições financeiras do Brasil.

Fonte: <<https://www.fitchratings.com/site/brasil>>.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis Combinadas

As demonstrações contábeis combinadas (“demonstrações contábeis”) do Sicoob ES são de responsabilidade da Administração do Sicoob Central ES e foram elaboradas a partir de sua demonstração contábil e as Demonstrações Contábeis individuais das cooperativas singulares filiadas. Estão sendo apresentadas com o objetivo de fornecer por meio de uma única demonstração contábil, a posição consolidada de todas as atividades desenvolvidas pelo Sicoob ES, por meio das entidades que compõem o Sistema.

A Resolução CMN nº 4.151/2012 e a Circular Bacen nº 3.669/2013 estabelecem procedimentos e requisitos quanto à elaboração e divulgação das demonstrações contábeis combinadas dos sistemas cooperativos no Brasil.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

A Diretoria colegiada do Sicoob Central ES aprovou essas demonstrações contábeis combinadas em 11 de fevereiro de 2022.

(a) Critérios Utilizados na Combinação dos Saldos

Os saldos patrimoniais e de resultados das instituições integrantes do Sicoob ES foram incluídos na elaboração das demonstrações contábeis combinadas, assim como foram excluídos os saldos de operações realizados entre as instituições.

(b) Entidades Integrantes do Sicoob Consideradas nas Demonstrações Contábeis Combinadas

Segundo o disposto na Resolução CMN 4.151/2012, artigo 4º, integram um sistema cooperativo, as cooperativas singulares, as cooperativas centrais, a confederação, o banco cooperativo, vinculadas direta ou indiretamente a essas instituições, mediante participação societária ou por controle operacional efetivo, caracterizado pela administração ou gerência comum, ou pela atuação no mercado sob a mesma marca ou nome comercial.

As seguintes instituições foram consideradas na elaboração das demonstrações contábeis combinadas do Sicoob ES, de acordo com a Resolução CMN 4.151/2012:

Sistema de Cooperativas de Crédito do Espírito Santo – Sicoob Espírito Santo
Notas explicativas da administração às Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Cooperativa Central de Crédito do Espírito Santo – Sicoob Central ES: Instituição financeira independente, promotora da integração regional e estadual das cooperativas do Sistema. Foi criada pelas cooperativas singulares com o objetivo de incrementar a qualidade dos serviços prestados aos associados e como forma de ampliar ainda mais a capacidade de atendimento.

Cooperativas de Crédito Singulares filiadas ao Sicoob Central ES: Instituições financeiras não bancárias, autorizadas a funcionar pelo Banco Central, resultantes da união de pessoas integrantes de segmentos econômicos, que buscam a melhor maneira de atendimento às suas necessidades financeiras e portanto, tornam-se ao mesmo tempo, usuários dos produtos e serviços da cooperativa e também seus donos. O Sistema é composto por cooperativas de crédito Clássicas.

(c) Composição Analítica da Participação das Singulares do Sicoob Central ES (CNPJ: 32.428.294/0001-43) Consideradas nas Demonstrações Contábeis Combinadas:

Cooperativa	CNPJ	31/12/2021	31/12/2020
Sicoob Sul-Litorâneo	32.474.884/0001-02	11.231	10.381
Sicoob Sul	32.467.086/0001-53	35.841	33.996
Sicoob Leste Capixaba	32.430.233/0001-10	52.075	49.689
Sicoob Centro-Serrano	31.804.966/0001-05	20.716	19.170
Sicoob Norte	31.815.293/0001-99	21.673	20.320
Sicoob Sul-Serrano	00.815.319/0001-75	39.658	37.638
Sicoob Credirochas	03.358.914/0001-17	12.559	11.531
Total		193.753	182.725

2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgação

a) Mudanças em vigor

O Banco Central emitiu a Resolução CMN nº 4.818 de 29 de maio de 2020 e a Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos a serem observados.

As principais alterações em decorrência destes normativos:

i) no Balanço Patrimonial as contas estão dispostas baseadas na liquidez e na exigibilidade. A abertura de segregação entre circulante e não circulante está sendo divulgada apenas nas respectivas notas explicativas. Adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos de itens patrimoniais, tais como: ativos financeiros, provisão para perdas associadas ao risco de crédito, passivos financeiros, ativos e passivos fiscais e provisões;

ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de novas nomenclaturas das provisões para perdas associadas ao risco de crédito e destaque para as despesas de provisões;

iii) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior;

iv) readequação da estrutura das notas explicativas em função da adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos dos itens patrimoniais.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Sistema de Cooperativas de Crédito do Espírito Santo – Sicoob Espírito Santo
Notas explicativas da administração às Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Resolução CMN 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão. A Resolução CMN 4.817/20 entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução BCB nº 33, de 29 de outubro de 2020. A norma dispõe sobre os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto mantidos pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento e os procedimentos para a divulgação em notas explicativas de informações relacionadas a esses investimentos pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN 4.872, de 27 de novembro de 2020. A norma dispõe sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A Resolução CMN 4.872/20 entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução BCB nº 92, de 6 de maio de 2021. A norma dispõe sobre a estrutura do elenco de contas Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN nº 4.924, de 24 de junho de 2021. A norma dispõe sobre princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis abrangidos nessa norma são: CPC 00 - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro; CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos; CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro; CPC 46 - Mensuração do Valor Justo; CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021. A norma dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Entram em vigor em 1º de janeiro de 2022: a mensuração dos investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto avaliados pelo método de equivalência patrimonial destinados a venda; o prazo para remeter ao Banco Central do Brasil o plano de contas para implementação desse normativo, além da sua aprovação e divulgação; a divulgação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) e das demonstrações no padrão contábil internacional. Quanto aos demais dispositivos, entram em vigor em 1º de janeiro de 2025.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

2.2 Continuidade dos Negócios e efeitos da pandemia de COVID-19 “Novo Coronavírus”

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Apesar do momento atípico que o País se encontra, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. O SISTEMA DE COOPERATIVAS DO SICOOB DO ESPÍRITO SANTO - SICOOB ES junto a seus associados, colaboradores e a comunidade estamos fazendo nossa parte para evitar a propagação do

Sistema de Cooperativas de Crédito do Espírito Santo – Sicoob Espírito Santo
Notas explicativas da administração às Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Novo Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão.

2.3 Reapresentação de Informações Comparativas

No que foi praticável a reapresentação retrospectiva, de forma a manter a comparabilidade com o período anterior, conforme aplicação do CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (Resolução CMN nº 4.007, de agosto de 2011), as informações financeiras relativas ao balanço patrimonial, à demonstração de sobras ou perdas, à demonstração das mutações do patrimônio líquido e à demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 2020 estão sendo reapresentadas abaixo:

a) Mudanças na forma de apresentação nos Demonstrativos Contábeis de 2020

Para efeito comparativo dos valores em 31 de dezembro de 2020 referente ao Demonstrativo de Fluxo de Caixa (DFC), ocorreram reclassificações sem causar prejuízo no resultado divulgado anteriormente.

As rubricas contábeis que tiveram alterações foram: *Participações nos Resultados de Empregados* no montante de R\$ 16.173 mil e a *Provisão dos Juros ao Capital* no total de R\$ 27.364 mil que constavam no grupo de Sobras ou Perdas Antes da Tributação e Participações Ajustado e foram reclassificadas para a rubrica de *Outros Passivos* no grupo das Atividades Operacionais.

As reapresentações acima descritas não resultaram em qualquer modificação nos saldos totais de ativos, passivos ou patrimônio líquido ou nas sobras líquidas apuradas no exercício findo em 2020.

3. Resumo das principais práticas contábeis

(a) Estimativas Contábeis

As demonstrações contábeis combinadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro das estimativas contábeis, quando aplicável. Os itens significativos sujeitos ao processo de aplicação de estimativas e premissas incluem a avaliação do valor de recuperação do imobilizado e do intangível, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, a provisão para desembolso originado do contencioso de natureza fiscal, trabalhista e cível. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos apresentados nas demonstrações contábeis combinadas, em decorrência de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente de modo a refletir a melhor informação disponível.

(b) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou cooperativas entre si, para cumprimentos de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

(c) Caixa e equivalentes de caixa

Sistema de Cooperativas de Crédito do Espírito Santo – Sicoob Espírito Santo
Notas explicativas da administração às Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

(d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

(e) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

(f) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

(g) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

(h) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

(i) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **Sicoob Confederação** e ações do **Banco Sicoob**, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

(j) Imobilizado de Uso

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

Sistema de Cooperativas de Crédito do Espírito Santo – Sicoob Espírito Santo
Notas explicativas da administração às Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(k) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. Os ativos intangíveis compreendem, por exemplo: direito de uso de softwares adquiridos de terceiros e são amortizados ao longo de sua vida útil estimada ou pelo contrato de licença.

(l) Ativos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. Porém, quando a realização do ganho é praticamente certa, então o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é adequado. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

(m) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*“pro rata temporis”*), assim como das despesas apropriadas referentes aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

(n) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

(o) Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

(p) Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

(q) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

(r) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com

Sistema de Cooperativas de Crédito do Espírito Santo – Sicoob Espírito Santo
Notas explicativas da administração às Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

(s) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

(t) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no *caput* do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no *caput* do art. 193 do mesmo Decreto.

(u) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

(v) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de Dezembro de 2021** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

(w) COVID19 nas Demonstrações Contábeis

Não foram identificados impactos relevantes da pandemia da COVID19 nas Demonstrações Contábeis de 31/12/2021 seja de ativos financeiros ou de ativos não financeiros.

(x) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

(y) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Sistema de Cooperativas de Crédito do Espírito Santo – Sicoob Espírito Santo
Notas explicativas da administração às Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2021**.

4. Disponibilidades

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações em depósitos interfinanceiros, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor justo, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

	31/12/2021	31/12/2020
Disponibilidade em Caixa e Depósitos Bancários (a)	93.985	97.419
Caixa	93.700	96.914
Depósitos Bancários	285	505
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (b)	940.827	1.174.534
Aplicações em Depósito Interfinanceiros	3.238	237.918
Títulos e Valores Mobiliários	937.589	936.616
Total	1.034.812	1.271.953

(a) Referem-se as operações com disponibilidade imediata ou cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

(b) Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Registrados pelo valor efetivamente pago, acrescido dos rendimentos auferidos. Compreende os depósitos interfinanceiros que fazem parte do Acordo de Compensação junto ao Banco Sicoob, bem como àqueles sem contrapartida. A administração tem a intenção de manter essas aplicações financeiras até o seu vencimento, embora possuam liquidez imediata. Os quadros a seguir demonstram a composição das aplicações interfinanceiras de liquidez e a classificação por vencimento.

(i) Composição do saldo de aplicações interfinanceiras de liquidez:

Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	Índice	31/12/2021	31/12/2020
Circulante		2.807.468	2.125.223
Aplicações em depósitos interfinanceiros até 90 dias		3.238	237.918
Depósitos Interfinanceiros – BRADESCO	100% CDI	257	246
Depósitos Interfinanceiros – Banco Sicoob	101% CDI	842	6.124
Depósitos Interfinanceiros – Banco Sicoob	102% CDI	394	8.550
Depósitos Interfinanceiros – ACO Banco Sicoob (a)	98% CDI	3	5
Depósitos Interfinanceiros – ACO Banco Sicoob (a)	101% CDI	1.742	207.875
Depósitos Interfinanceiros – ACO Banco Sicoob (a)	105% CDI	-	15.118
Aplicações em depósitos interfinanceiros de 90 a 360 dias		2.804.230	1.887.305
Depósitos Interfinanceiros – BRADESCO	100% CDI	-	775
Depósitos Interfinanceiros – Banco Sicoob	101% CDI	215.994	11.171
Depósitos Interfinanceiros – Banco Sicoob	102% CDI	6.002	22.831
Depósitos Interfinanceiros – ACO Banco Sicoob (a)	98% CDI	188	551
Depósitos Interfinanceiros – ACO Banco Sicoob (a)	100% CDI	-	-
Depósitos Interfinanceiros – ACO Banco Sicoob (a)	101% CDI	2.410.130	1.539.221
Depósitos Interfinanceiros – ACO Banco Sicoob (a)	103% CDI	40.187	-

Sistema de Cooperativas de Crédito do Espírito Santo – Sicoob Espírito Santo
Notas explicativas da administração às Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Depósitos Interfinanceiros – ACO Banco Sicoob (a)	104% CDI	-	52.095
Depósitos Interfinanceiros – ACO Banco Sicoob (a)	105% CDI	-	27.115
Depósitos Interfinanceiros – ACO Banco Sicoob (a)	106% CDI	-	15.064
Depósitos Interfinanceiros – ACO Banco Sicoob (a)	107% CDI	21.033	218.482
Depósitos Interfinanceiros – ACO Banco Sicoob (a)	108% CDI	110.696	-
Não circulante		374.899	630.977
Aplicações em depósitos interfinanceiros		374.899	630.977
Depósitos Interfinanceiros – BRADESCO	100% CDI	-	246
Depósitos Interfinanceiros – Banco Sicoob	98% CDI	30.952	29.675
Depósitos Interfinanceiros – Banco Sicoob	101% CDI	165.344	338.305
Depósitos Interfinanceiros – Banco Sicoob	102% CDI	5.338	1.385
Depósitos Interfinanceiros – ACO Banco Sicoob (a)	101% CDI	173.265	135.609
Depósitos Interfinanceiros – ACO Banco Sicoob (a)	107% CDI	-	20.086
Depósitos Interfinanceiros – ACO Banco Sicoob (a)	108% CDI	-	105.671
Total Geral		3.182.367	2.756.200

Essas operações produziram para a Cooperativa uma receita total de R\$ 132.025 mil em 31/12/2021 (31/12/2020 – R\$ 56.909 mil).

- (a) Essas aplicações financeiras fazem parte do Acordo de Compensação firmado junto ao Banco Sicoob como contrapartida aos créditos concedidos.

(ii) **Classificação de aplicações interfinanceiras de liquidez por vencimento:**

Depósitos Interfinanceiros		
Vencimento	31/12/2021	31/12/2020
Até 1 mês	1.908	107.763
De 1 a 3 meses	1.330	130.155
De 3 a 6 meses	43.153	425.984
De 6 a 12 meses	2.761.468	1.461.321
Total circulante	2.807.468	2.125.223
De 1 a 2 anos	259.931	464.171
De 2 a 3 anos	8.229	108.070
Acima de 3 anos	106.739	58.736
Total não circulante	374.899	630.977
Total Geral	3.182.367	2.756.200

Os valores com vencimento de até 1 mês e de 1 a 3 meses foram considerados como equivalentes caixas.

6. Títulos e Valores Mobiliários

São registrados pelo valor efetivamente pago, acrescido dos rendimentos auferidos, lastreado em títulos públicos federais e particulares, registrados na CETIP e SELIC. Os quadros a seguir demonstram a composição dos títulos e valores mobiliários e a classificação por vencimento.

(i) **Composição do saldo de títulos e valores mobiliários:**

Títulos e Valores mobiliários	Índice	31/12/2021	31/12/2020
Circulante		1.231.762	1.059.797

Sistema de Cooperativas de Crédito do Espírito Santo – Sicoob Espírito Santo
Notas explicativas da administração às Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Títulos e Valores mobiliários até 90 dias		937.589	936.616
<i>Títulos para negociação – carteira própria</i>		831.281	824.145
Fundo de centralização	Pós Fixado	240.610	206.396
Fundo Institucional	Pós Fixado	590.492	615.782
Fundo BB Renda Fixa	Pré-Fixado	179	1.967
<i>Títulos mantidos até o vencimento – carteira própria</i>		100.141	57.617
LFT – Administrado	SELIC	-	27.126
LF – Outros Bancos(b)		100.141	30.491
<i>Títulos mantidos até o vencimento – vinculados à prestação de garantias</i>		6.167	54.854
LFT - Administrado MAPA (a)	SELIC	6.167	54.854
Títulos e Valores mobiliários de 90 a 360 dias		294.173	123.181
<i>Títulos mantidos até o vencimento – carteira própria</i>		280.077	123.181
LFTM - Administrado		128.607	-
LFT - Administrado	SELIC	3.561	44.945
LF – Outros Bancos(b)	CDI	147.909	78.236
<i>Títulos mantidos até o vencimento – vinculados à prestação de garantias</i>		14.096	-
LFT - Administrado MAPA (a)	SELIC	14.096	-
Não circulante		342.599	449.118
<i>Títulos para negociação – carteira própria</i>		24.326	19.101
Cotas de Fundo Imobiliário		24.326	19.101
<i>Títulos mantidos até o vencimento – carteira própria</i>		318.273	422.659
LFTM – Administrado	SELIC	120.502	118.818
LFT – Administrado	SELIC	135.668	46.553
Debêntures	CDI	30.507	20.125
LF – Outros Bancos (b)	CDI	31.596	237.163
<i>Títulos mantidos até o vencimento – vinculados à prestação de garantias</i>		-	7.358
LFT - Administrado MAPA (a)	SELIC	-	7.358
Total Geral		1.574.361	1.508.915

Essas operações produziram para a Cooperativa uma receita total de R\$ 78.947 mil em 31/12/2021 (31/12/2020 – R\$ 45.331 mil).

- (a) Refere-se a garantia prestada ao Ministério da Agricultura nas operações de repasse relacionadas na Nota 15. Com o objetivo de obter novos recursos o saldo de garantia excedente não foi liquidado no encerramento do exercício.
- (b) Os investimentos são feitos em instituições financeiras que apresentam baixo risco e dentro dos limites estabelecidos em nossa política de investimento.

(ii) **Classificação de títulos e valores mobiliários por vencimento:**

Vencimento	31/12/2021			31/12/2020		
	Carteira própria	Vinculado à prest. de garantias	Total	Carteira própria	Vinculado à prest. de garantias	Total
Sem vencimento	831.281	-	831.281	824.145	-	824.145
Até 1 mês	-	-	-	-	-	-
De 1 a 3 meses	100.141	6.167	106.308	57.617	54.854	112.471
De 3 a 6 meses	69.771	-	69.771	51.990	-	51.990

Sistema de Cooperativas de Crédito do Espírito Santo – Sicoob Espírito Santo
Notas explicativas da administração às Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

De 6 a 12 meses	210.306	14.096	224.402	71.191	-	71.191
Total circulante	1.211.499	20.263	1.231.762	1.004.943	54.854	1.059.797
Sem vencimento	24.326	-	24.326	19.101	-	19.101
De 1 a 2 anos	56.875	-	56.875	283.042	7.358	290.400
De 2 a 3 anos	120.502	-	120.502	24.209	-	24.209
Acima de 3 anos	140.896	-	140.896	115.408	-	115.408
Total não circulante	342.599	-	342.599	441.760	7.358	449.118
Total Geral	1.554.098	20.263	1.574.361	1.446.703	62.212	1.508.915

Os valores com vencimento de até 1 mês e de 1 a 3 meses foram considerados como equivalentes caixas.

7. Operações de crédito

As operações de crédito estão classificadas de acordo com o risco apresentado, amparadas por informações internas e externas em relação aos devedores e seus garantidores e em relação à operação, levando-se em conta, ainda, as situações de renda e patrimônio, bem como, outras informações cadastrais do devedor, conforme preconizado nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do Conselho Monetário Nacional.

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2021			31/12/2020		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Adiantamento a Depositante	5.979	-	5.979	3.719	-	3.719
Empréstimos	2.401.031	2.546.681	4.947.712	1.832.175	2.562.039	4.394.214
Títulos Descontados	285.238	-	285.238	179.891	-	179.891
Financiamentos	506.423	1.160.231	1.666.654	279.670	639.916	919.586
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	484.531	414.712	899.243	393.013	228.184	621.197
Total das Operações Crédito	3.683.202	4.121.624	7.804.826	2.688.468	3.430.139	6.118.607
(-) Provisões para Operações de Crédito	(257.999)	(336.687)	(594.686)	(208.442)	(324.660)	(533.102)
TOTAL	3.425.203	3.784.937	7.210.140	2.480.026	3.105.479	5.585.505

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Emp. / Títulos	A.D / Cheque Esp / Conta Garantida	Financ.	Financ. Rurais	Total em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020
AA - Normal	204.657	232	98.975	92.016	395.880	-	342.667	-
A 0,5% Normal	876.328	20.869	354.717	273.484	1.525.398	(7.628)	1.447.593	(7.239)
B 1% Normal	1.344.988	17.394	440.823	294.167	2.097.372	(20.974)	1.542.540	(15.423)
B 1% Vencidas	6.630	207	854	667	8.358	(84)	4.520	(45)
C 3% Normal	1.601.280	34.619	581.719	183.573	2.401.191	(72.036)	1.620.810	(48.622)
C 3% Vencidas	25.060	1.526	4.422	588	31.596	(948)	14.289	(428)
D 10% Normal	535.285	20.253	141.160	36.562	733.260	(73.325)	533.169	(53.317)
D 10% Vencidas	21.943	1.705	2.860	137	26.645	(2.665)	18.929	(1.893)
E 30% Normal	102.819	5.212	17.255	7.299	132.585	(39.776)	164.324	(49.297)
E 30% Vencidas	23.752	2.787	3.420	382	30.341	(9.102)	19.324	(5.799)
F 50% Normal	45.344	2.760	6.611	2.339	57.054	(28.527)	68.872	(34.437)
F 50% Vencidas	21.146	1.717	1.558	368	24.789	(12.395)	25.271	(12.636)
G 70% Normal	25.554	879	2.010	548	28.991	(20.294)	25.493	(17.845)
G 70% Vencidas	11.899	1.310	1.430	140	14.779	(10.345)	15.619	(10.934)
H 100% Normal	153.842	3.561	4.404	5.515	167.322	(167.322)	174.988	(174.988)
H 100% Vencidas	115.564	7.807	4.436	1.458	129.265	(129.265)	100.199	(100.199)

Sistema de Cooperativas de Crédito do Espírito Santo – Sicoob Espírito Santo
Notas explicativas da administração às Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Total Normal	4.890.097	105.779	1.647.674	895.503	7.539.053	(429.882)	5.920.456	(401.168)
Total Vencidos	225.994	17.059	18.980	3.740	265.773	(164.804)	198.151	(131.934)
Total Geral	5.116.091	122.838	1.666.654	899.243	7.804.826	(594.686)	6.118.607	(533.102)
Provisões	(489.251)	(21.098)	(59.712)	(24.625)	(594.686)	-	(533.102)	-
Total Líquido	4.626.840	101.740	1.606.942	874.618	7.210.140	-	5.585.505	-

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Adiantamento a depositante	5.979	-	-	5.979
Cheque Especial/Conta garantida	116.859	-	-	116.859
Empréstimos	612.440	1.671.732	2.546.681	4.830.853
Títulos Descontados	263.276	21.962	-	285.238
Financiamentos	130.051	376.372	1.160.231	1.666.654
Financiamentos Rurais	70.559	413.972	414.712	899.243
TOTAL	1.199.164	2.484.038	4.121.624	7.804.826

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento Rurais	31/12/2021	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	1.442.703	293.335	66.363	1.802.401	23%
Setor Privado - Indústria	401.418	123.919	2.333	527.670	7%
Setor Privado - Serviços	2.364.432	805.915	30.839	3.201.186	41%
Pessoa Física	976.130	437.986	743.933	2.158.049	28%
Outros	54.246	5.499	55.775	115.520	1%
TOTAL	5.238.929	1.666.654	899.243	7.804.826	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Saldo Inicial	533.102	495.918
Constituições	209.011	264.216
Transferência para prejuízo	(147.427)	(227.032)
TOTAL	594.686	533.102

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2021	% Carteira Total	31/12/2020	% Carteira Total
Maior Devedor	48.424	0,56%	50.159	0,73%
10 Maiores Devedores	340.119	3,93%	315.336	4,56%
50 Maiores Devedores	1.053.638	12,16%	915.539	13,23%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	773.178	628.917
Valor das operações transferidas no período	147.428	227.032
Valor das operações recuperadas no período	(94.920)	(67.308)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(20.963)	(15.463)
TOTAL	804.723	773.178

h) Rendas com Operações de Crédito

Sistema de Cooperativas de Crédito do Espírito Santo – Sicoob Espírito Santo
Notas explicativas da administração às Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Adiantamentos A Depositantes	9.564	10.095
Rendas de Empréstimos	626.904	519.274
Rendas de Títulos Descontados	46.621	50.671
Rendas de Financiamentos	144.642	86.834
Rendas Financiamentos Rurais - Aplicações Livres	14.143	11.481
Rendas Fin. Rurais Apli Rec Direcionados à Vista Obrig.	14.676	15.124
Rendas Fin Rurais Aplic. Com Recursos Dir da Poup Rural	7.891	8.056
Rendas Fin Rurais Aplic. Com Recursos Dir de LCA	185	1.263
Rendas Fin Rurais Aplic. Com Recursos Fontes Publicas	6.041	9.501
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	94.920	67.308
TOTAL	965.587	779.607

A receita da intermediação financeira com operações de crédito compreende as receitas de juros de empréstimos e financiamentos, desconto de duplicatas, conta garantida, cheque especial, adiantamento a depositante, repasses de recursos do Banco Sicoob e Sicoob Central ES.

i) Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa (PDD)	(486.781)	(543.166)
Reversão de provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa (PDD)	291.899	292.247
Provisões para outros créditos liquidação duvidosa	(24.144)	(18.002)
Reversão de provisões para outros Créditos liquidação duvidosa	4.113	3.430
TOTAL	(214.913)	(265.491)

As Despesas de Provisão para créditos de liquidação duvidosa refletem a variação nos saldos de Provisão para tais créditos gerados em consonância com a Resolução 2.682 do Conselho Monetário Nacional de 21.12.1999, de acordo com a classificação de risco das operações de crédito concedidas.

8. Outros Ativos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021			31/12/2020		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Créditos por Avais e Fianças Honrados (a)	21.448	-	21.448	11.627	-	11.627
Rendas a Receber (b)	10.743	-	10.743	11.204	-	11.204
Serviços Prestados a Receber	6.724	-	6.724	5.079	-	5.079
Rendas a receber- Transações Interfinanceiras	1.034	-	1.034	-	-	-
Rendas a receber- Seguros	914	-	914	759	-	759
Outras Rendas a Receber	2.071	-	2.071	5.366	-	5.366
Devedores por compras de Valores e Bens (c)	7.522	26.246	33.768	3.407	13.052	16.459
Títulos e Créditos a Receber (d)	6.189	-	6.189	4.727	-	4.727
Devedores por Depósitos em Garantia (e)	-	20.914	20.914	-	20.503	20.503
Pis – Deposito Judicial	-	2.925	2.925	-	2.881	2.881
Cofins – Deposito Judicial	-	14.505	14.505	-	14.293	14.293
Outros (Fiscais)	-	85	85	-	85	85
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	-	2.236	2.236	-	2.067	2.067
Outros	-	1.163	1.163	-	1.177	1.177
TOTAL	45.902	47.160	93.062	30.965	33.555	64.520

Sistema de Cooperativas de Crédito do Espírito Santo – Sicoob Espírito Santo
Notas explicativas da administração às Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) O saldo de Avais e Fianças Honrados é composto, substancialmente, por operações oriundas de cartões de crédito vencidas de associados da cooperativa cedidos pelo Banco Sicoob, em virtude de coobrigação contratual.

(b) Em Rendas a Receber estão registrados: Rendas da Centralização Financeira a Receber da Cooperativa Central entre outras.

(c) Em Devedores por Compra de Valores e Bens estão registrados os saldos a receber de terceiros pela venda a prazo de bens próprios da Cooperativa ou recebidos como pagamento de dívidas.

(d) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados em sua maior representatividade os Valores a Receber de Tarifas.

(e) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados os valores referentes a interposição de recursos fiscais registrados no ativo e passivo, classificados a longo prazo.

8.1 Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Relativas a Outros Ativos Financeiros

A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(a) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, segregadas em Circulante e Não Circulante:

Descrição	31/12/2021			31/12/2020		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Provisões para Avais e Fianças Honrados	(15.886)	-	(15.886)	(9.330)	-	(9.330)
Outros Créditos	(330)	(478)	(808)	(1.199)	(226)	(1.425)
Total	(16.216)	(478)	(16.694)	(10.529)	(226)	(10.755)

(b) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, por tipo de operação e classificação de nível de risco:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Avais e Fianças Honrados	Devedores por Compra de Valores e Bens	Total em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020
AA	-	Normal	-	8.813	8.813	-	992	-
A	0,5%	Normal	-	4.914	4.914	(25)	9.718	(50)
B	1%	Normal	-	3.518	3.518	(35)	2.240	(22)
C	3%	Normal	-	15.782	15.782	(473)	1.250	(38)
D	10%	Normal	-	490	490	(49)	1.037	(104)
E	30%	Normal	2.116	-	2.116	(635)	808	(242)
E	30%	Vencidas	3.382	-	3.382	(1.014)	1.288	(386)
F	50%	Normal	241	200	441	(221)	338	(169)
F	50%	Vencidas	2.074	29	2.103	(1.052)	843	(422)
G	70%	Normal	229	-	229	(160)	113	(79)
G	70%	Vencidas	1.625	-	1.625	(1.138)	1.017	(712)
H	100%	Normal	428	-	428	(428)	1.126	(1.126)
H	100%	Vencidas	11.353	22	11.375	(11.375)	7.316	(7.316)
Total Normal			3.014	33.717	36.731	(2.026)	17.622	(1.830)
Total Vencidos			18.434	51	18.485	(14.579)	10.464	(8.836)
Total Geral			21.448	33.768	55.216	(16.605)	28.086	(10.666)
Provisões			(15.886)	(719)	(16.605)		(10.666)	

Sistema de Cooperativas de Crédito do Espírito Santo – Sicoob Espírito Santo
Notas explicativas da administração às Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Total Líquido	5.562	33.049	38.611		17.420	
----------------------	--------------	---------------	---------------	--	---------------	--

Na rubrica “(-) Provisão para Outros Créditos de Liq. Duvidosa” possui uma provisão de R\$ 89 mil referente a operação de pagamento com sub-rogação de dívida para desalinhar imóvel recebido em dação.

9. Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Ativos Fiscais Correntes são referentes a Impostos e Contribuições a compensar, conforme demonstrado abaixo:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Saldo Negativo de irpj - Exercícios Anteriores	2.311	2.646
Saldo Negativo de csl - Exercícios Anteriores	551	684
Iss – Imposto S/ Serviço	20	5
Cofins a Compensar	37	46
Pis a Compensar	8	10
IRRF s/ Aplicações Financeiras	-	21
IOF a Compensar	6	2
Valores a Restituir – Perdcomp	61	19
INSS a Compensar	18	18
TOTAL	3.012	3.451

10. Outros Ativos

10.1 Descrição – Curto Prazo

	31/12/2021	31/12/2020
Diversos	12.417	20.032
Antecipação Salariais	1.423	1.023
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	158	95
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	2.614	13.377
Pagamentos a Ressarcir	7.514	4.977
Devedores Diversos – País	708	560
Outros Valores e Bens	2.032	1.089
Material em Estoque	498	465
Despesa Antecipada (IV)	1.534	624
Prêmios de Seguros	354	267
Aluguéis	40	10
Software	634	234
Propaganda e Publicidade	479	107
Outras Despesas Antecipadas	27	6
Total – Curto Prazo	14.449	21.121

10.2 Descrição – Longo Prazo

	31/12/2021	31/12/2020
Outros Valores e Bens	67.068	72.016
Ativos não Financ Mantidos para Venda – Próprios (I)	2.058	2.058
Veículos (Outros)	26	26
Instalações, Moveis e Equipamentos	975	975
Outros Ativos	1.057	1.057
(-) Prov. Dev. Ativos Não Financ Mant. P Venda – Próprios (III)	(1.062)	(1.062)
(-) Veículos (Outros)	(5)	(5)
(-) Outros Imóveis	(1.057)	(1.057)
Ativos não Financ Mantidos para Venda – Recebidos (II)	94.672	105.838
Veículos	793	328
Outros Imóveis	93.687	105.314
Outros Ativos	192	196
(-) Prov. Dev. Ativos Não Financ Mant. P Venda – Recebidos (III)	(28.600)	(34.818)
(-) Veículos	(125)	(149)
(-) Outros Imóveis	(28.413)	(34.653)
(-) Outros Ativos	(62)	(16)
Total – Longo Prazo	67.068	72.016
Total Geral	81.517	93.137

(I) Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda – Próprios, refere-se a trailer adaptado para tratamentos odontológicos cedido para realização de ações sociais, não estando sujeitos a depreciação ou correção. Até o ano 2020 esses bens eram registrados na rubrica Bens Não de Uso Próprio e foram reclassificados em 2021 conforme determina a Carta Circular BCB 3.994/2019.

Sistema de Cooperativas de Crédito do Espírito Santo – Sicoob Espírito Santo
Notas explicativas da administração às Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(II) Em Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Recebidos estão registrados os bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção. Até o ano 2020 esses bens eram registrados na rubrica Bens Não de Uso Próprio e foram reclassificados em 2021 conforme determina a Carta Circular BCB 3.994/2019.

(III) Refere-se a provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens. Até o ano 2020 essas provisões eram registradas na rubrica Provisão para Desvalorização de Outros Valores e Bens e foram reclassificados em 2021 conforme determina a Carta Circular BCB 3.994/2019.

(IV). Registra-se a aplicação de recursos em pagamentos antecipados, de que decorrerão, para a instituição, benefícios ou prestação de serviços, em períodos seguintes.

11. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por ações do **BANCO SICOOB** (Instituição Financeira Controlada por Cooperativas de Crédito).

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Participação no Banco Cooperativo do Brasil	168.191	142.246
Participações em Instit. Fin. Controlada por Cooperativa Crédito – Banco Sicoob (a)	168.191	142.246
Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda – Sicoob Confederação	13.240	13.240
Participações em Cooperativa exceto Coop. Central de Crédito	13.240	13.240
CNAC-Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa	358	358
Sicoob Administradora e Corretora de Seguros S.A.	15	15
Annellus Assessoria Ltda.	1.695	831
Participações em empresa controlada Coop. Central de Crédito	2.068	1.204
TOTAL	183.499	156.690

(a) A participação junto ao Banco Sicoob gerou o montante de dividendos recebidos em 2021 de R\$ 1.708 mil (Em 2020 – R\$ 8.995 mil).

12. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020	Taxa Depreciação
Imobilizado em Curso (a)	7.654	11.199	
Terrenos	21.166	7.582	
Edificações	34.682	25.864	4%
(-) Depreciação Acum. de Edificações	(9.003)	(7.269)	
Instalações	83.614	64.121	4-25%
(-) Depreciação Acum. de Instalações	(40.389)	(33.823)	
Mobiliários	18.104	16.505	10%
(-) Depreciação Acum. de Mobiliários	(9.731)	(8.527)	
Máquinas	1.467	1.379	10%
(-) Depreciação Acum. de Máquinas	(731)	(635)	
Aparelhos de Refrigeração	8.726	8.017	10%
(-) Depreciação Acum. de Aparelhos Refrigeração	(4.514)	(3.866)	
Equipamentos de Processamento de Dados	30.423	22.380	20%
(-) Depreciação Acum. de Equipamentos Processamento de Dados	(17.168)	(14.787)	
Alarme	340	297	10%
(-) Depreciação Acum. de Alarme	(183)	(154)	

Sistema de Cooperativas de Crédito do Espírito Santo – Sicoob Espírito Santo
Notas explicativas da administração às Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Cabines de Segurança	1.736	1.539	10%
(-) Depreciação Acum. de Cabines de Segurança	(924)	(831)	
Armas e Equipamentos	3.394	3.067	10%
(-) Depreciação Acum. de Armas e Equipamentos	(2.100)	(1.875)	
Equipamentos de Vigilância e Segurança	1.930	1.773	10%
(-) Depreciação Acum. Equipamentos de Vig. e Segurança	(1.155)	(1.035)	
Equipamentos de Comunicação	1.962	1.829	10%
(-) Depreciação Acum. Equipamentos de Comunicação	(1.214)	(1.060)	
Veículos	1.410	1.470	20%
(-) Depreciação Acum. de Veículos	(1.075)	(1.011)	
Software e Direito de Uso (b)	7.484	6.622	10-20%
(-) Amortização Acumulada De Software e Direitos de Uso	(5.977)	(5.831)	
Total Imobilizado de Uso	216.608	167.022	
Total Intangível	7.484	6.622	
Total Depreciação/Amortização	(94.164)	(80.704)	

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

(b) Registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia, como as licenças de uso de softwares.

A despesa com depreciação e amortização no exercício de 2021 foi de R\$ 15.600 mil (Em 2020 – R\$ 12.663 mil).

13. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Também é formado por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de “Pro rata temporis”; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Os depósitos mantidos nas Cooperativas estão garantidos, até o limite de R\$ 250.000,00 por CPF ou CNPJ, pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é uma reserva financeira constituída pelas cooperativas de crédito, regida pelo Banco Central do Brasil, conforme determinação da Resolução CMN nº 4.284/13. O registro do FGCoop, conforme regulamentado, passa a ser em “Dispêndios de captação no mercado”.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Depósito à Vista	3.112.404	2.687.328
Depósito Sob Aviso	43.688	46.386
Depósito a Prazo – Circulante	4.662.240	4.034.988
Depósito a Prazo – Não Circulante	14	4.482
TOTAL	7.818.346	6.773.184

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2021	% Carteira Total	31/12/2020	% Carteira Total
Maior Depositante	78.072	0,90%	56.658	0,79%
10 Maiores Depositantes	468.904	5,41%	340.145	4,73%

Sistema de Cooperativas de Crédito do Espírito Santo – Sicoob Espírito Santo
Notas explicativas da administração às Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

50 Maiores Depositantes	981.404	11,32%	812.159	11,29%
-------------------------	---------	--------	---------	--------

b) Despesas com operações de captação de mercado:

As despesas de captação no mercado estão relacionadas principalmente aos recursos obtidos no mercado local através de Depósitos a Prazo e Depósitos Sob Aviso.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(1.935)	(1.335)
Despesas de Depósitos a Prazo	(188.625)	(94.487)
Despesas de Depósitos Judiciais	(1)	(1)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(16.865)	(7.365)
Despesas de Letras de Crédito do Imobiliário	(6.725)	(242)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(11.665)	(8.759)
TOTAL	(225.816)	(112.189)

14. Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

As letras de câmbio e as letras imobiliárias e hipotecárias são títulos de captação criados com finalidades específicas, mas que, atualmente não são expressivos em relação ao volume global das captações das instituições financeiras. Prescrevem pela Lei nº 11.076/04 as Letras de Crédito do Agronegócio – LCA e a Lei de nº 10.931/04 vinculada as Letras de Crédito Imobiliário – LCI.

Descrição	31/12/2021			31/12/2020		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Obrigações por Emissão Letras Crédito Agronegócio - LCA (a)	169.780	258.190	427.970	129.456	224.800	354.256
Obrigações Por Emissão De Letras De Crédito Imobiliário - LCI (b)	300.764	129.924	430.688	13.851	45.274	59.125
TOTAL	470.544	388.114	858.658	143.307	270.074	413.381

(a) A Letra de Crédito do Agronegócio é um título de crédito nominativo, que é uma promessa de pagamento em dinheiro, emitido exclusivamente pela Cooperativa. A emissão da Letra é condicionada à existência e disponibilidade na Cooperativa de direitos e créditos relacionados com a produção, comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos ou insumos agropecuários ou máquinas e implementos utilizados na atividade agropecuária.

(b) A Letra de Crédito Imobiliário é um título de renda fixa emitido com o objetivo de levantar recursos para aplicação em investimentos no setor imobiliário, incluindo aí financiamentos e projetos de reforma e construção.

15. Repasses Interfinanceiros

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a instituições oficiais (Funcafé) para repasse as Cooperativas Filiadas (art. 2º, § 5º da Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009). As garantias oferecidas são Títulos Públicos Federais (LFT) e Cédulas de Crédito Rural contratadas com os associados das filiadas. Os valores repassados encontram-se demonstrados na Nota 6.

Descrição	31/12/2021			31/12/2020		
	Circulante (Até 1 ano)	Não Circulante (acima de 1 ano)	Total	Circulante (Até 1 ano)	Não Circulante (acima de 1 ano)	Total
Recursos do Banco Sicoob	313.188	299.679	612.867	253.153	159.899	413.052
Recursos do Banco Sicoob – Capital de Giro Livre	-	53.193	53.193	-	77.958	77.958

Sistema de Cooperativas de Crédito do Espírito Santo – Sicoob Espírito Santo
Notas explicativas da administração às Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Total	313.188	352.872	666.060	253.153	237.857	491.010
--------------	----------------	----------------	----------------	----------------	----------------	----------------

Os contratos possuem taxas e vencimentos diversos.

16. Outras Relações Interfinanceiras Passivas

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as obrigações com Outras Relações Interfinanceiras com correspondentes cooperativistas, estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Correspondentes	18	72
TOTAL	18	72

Essa transação gerou para a Cooperativa uma despesa total de R\$ 850 mil em 2021 (2020 – R\$ 705 mil).

17. Obrigações por empréstimos e repasses

Instituições	Modalidade	31/12/2021				31/12/2020
		Taxa	Circulante – Até 1 ano	Não Circulante – acima de 1 ano	Total	
MAPA	Funcafé	Diversos	149.808	11.028	160.836	152.944
Bradesco	Repasse	Diversos	173	-	173	872
Banco Sicoob	Rotativo	Diversos	1.119	-	1.119	36.325
TOTAL			151.100	11.028	162.128	190.141

18. Operações de Empréstimos e Repasses:

As despesas dessas transações resultaram em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os montantes conforme quadro abaixo:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Despesas com Empréstimos e Repasses ¹	<u>(7.652)</u>	<u>(9.109)</u>
Despesas com Empréstimos Rotativo – Banco Sicoob	(800)	(565)
Despesas de Repasses Interfinanceiros – Funcafé (MAPA)	(6.841)	(8.514)
Despesas de Repasses Interfinanceiros – (BRADESCO)	(11)	(30)
Despesas de Repasses Interfinanceiros ²	<u>(29.649)</u>	<u>(30.288)</u>
Despesas de Repasses Interfinanceiros - Banco Sicoob	(29.649)	(30.288)
Total	<u>(37.301)</u>	<u>(39.397)</u>

¹ Empréstimos demonstrados na nota 17.

² Repasses interfinanceiros demonstrados na nota 15.

19. Outros Passivos Financeiros

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, os valores demonstrados no quadro abaixo se encontram no Curto Prazo por sua ordem.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Relações Interdependências	57.516	57.442

Sistema de Cooperativas de Crédito do Espírito Santo – Sicoob Espírito Santo
Notas explicativas da administração às Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Cobrança de Terceiros em Trânsito (a)	1.938	746
Ordens de Pagamento (b)	55.080	56.280
Recebimentos em Trânsito de Terceiros (c)	498	416
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados (d)	3.519	196
Operações de Crédito - IOF	3.357	45
Recebimentos de Tributos Estaduais e Municipais	162	151
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos (e)	4.574	5.847
TOTAL	65.609	63.485

(a) Títulos de cobrança recebido de terceiros para liquidação de contratos.

(b) Trata-se de cheques emitidos contra a ordem de terceiros.

(c) Recebimentos efetuados por conta de terceiros, tais como arrecadação de tributos ou encargos, recebimentos de carnês, bilhetes de seguro, contas de água, luz, telefone e outros a serem repassados.

(d) São registrados nesse grupo o valor do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, e sobre Operações Relativas a Títulos e Valores Mobiliários, a ser recolhido de tributos de convênios Estaduais e Municipais a serem repassados.

(e) Valores referentes obrigações de pagamento para com os fornecedores da cooperativa.

20. Provisões

Descrição	31/12/2021			31/12/2020		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Provisão Para Garantias Financeiras Prestadas (a)	25.053	5.995	31.048	17.769	5.413	23.182
Provisão Para Contingências (b)	21.669	-	21.669	1.142	19.652	20.794
TOTAL	46.722	5.995	52.717	18.911	25.065	43.976

(a) Refere-se à contabilização, da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em **31 de Dezembro de 2021**, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 778.427 mil (R\$ 629.024 mil em **31/12/2020**), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(b) Provisão para Contingências - Demandas Judiciais é estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
Para Interposição de Recursos Fiscais - Lei 9.703/98 (a)	17.430	17.515	17.174	17.259
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	2.044	2.236	1.928	2.067

Sistema de Cooperativas de Crédito do Espírito Santo – Sicoob Espírito Santo
Notas explicativas da administração às Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Outros	2.195	1.163	1.692	1.177
TOTAL	21.669	20.914	20.794	20.503

PIS e COFINS - quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS

Segundo a assessoria jurídica do **Sicoob - ES**, existem processos judiciais nos quais as cooperativas singulares figuram como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 4.287 mil.

21. Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas

As obrigações fiscais correntes e diferidas são referentes a Impostos e Contribuições a recolher, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações, assim compostas:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar	1.087	1.706
Imposto e contribuições s/ serviços de terceiros	1.073	1.060
Imposto e contribuições s/ salários	5.963	4.843
IRRF sobre Aplicações Financeiras	1.655	1.025
IRRF sobre Juros ao Capital	576	189
Outros	548	996
TOTAL	10.902	9.819

22. Outros Passivos

Os valores demonstrados no quadro abaixo se encontram no Curto Prazo:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento (a)	27.152	23.845
Sociais e Estatutárias	125.561	82.741
Provisão para Participações nos Lucros (b)	19.721	16.402
Resultado de Atos com Associados (c)	50.171	39.130
Resultado de Atos com não associados (c)	17.701	944
Cotas de Capital a Pagar (d)	37.968	26.265
Provisão para Pagamentos a Efetuar (e)	27.839	21.632
Despesa de Pessoal	13.645	10.937
Água/Energia/Gás	176	148
Aluguéis	1.350	1.154
Custódia de Valores e Bens	197	233
Comunicações	224	206
Propaganda e Publicidade	669	470
Promoções E Relações Públicas	1.136	367
Segurança e Vigilância	93	215
Manutenção e Conservação de Bens	28	77
Transporte	586	501

Sistema de Cooperativas de Crédito do Espírito Santo – Sicoob Espírito Santo
Notas explicativas da administração às Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Seguro	213	240
Plano de Saúde	40	39
Compensação	624	980
Seguros a Recolher	3	32
Seguros Prestamista	4.131	3.380
Provisão de Cartões a Pagar	1.704	1.537
Ordem de Pagamento – Encerramento Conta Salário	567	289
Custos de Transações Interfinanceiras	1.292	-
Outras Despesas Administrativas	1.161	827
Credores Diversos – País (f)	25.528	22.305
Pagamento a Processar	7.171	4.556
Pendências a Regularizar – Banco Sicoob	8.338	7.137
Crédito de Terceiros	178	399
Valores a Pagar Arrecadação	59	75
Taxa de Alienação Veículos a Repassar	322	277
Taxa de Gravames a Repassar	69	26
Valores a Liquidar – Parcelas Crédito Consignado	65	44
Cheques Depositados	2.835	2.248
Credores Diversos – Liquidação de Cobrança	5.347	6.975
Fatura Sicoobcard a pagar	160	84
Outros	984	484
TOTAL	206.080	150.523

(a) São registrados em nome dos respectivos beneficiários, os créditos de recursos destinados ao pagamento de salários, vencimentos, proventos, soldos, aposentadorias, pensões e similares, objeto de contratos de prestação de serviços entre a instituição financeira e a entidade pagadora de tais benefícios.

(b) Consubstanciada pela Lei nº 10.101/00 e acordo coletivo, as cooperativas provisionaram o montante de R\$ 21.175 mil no exercício de 2021, a título de participação dos empregados nos resultados.

(c) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme prescreve a Lei nº 5.764/1971.

(d) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

(e) Registram-se as provisões para pagamentos de despesas com pessoal e outras despesas administrativas.

(f) Os saldos em Credores Diversos - País referem-se as responsabilidades da instituição perante pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no País, inclusive resultantes do exercício de mandato, para cuja escrituração não exista conta específica.

23. Instrumentos financeiros

O **SICOOB ES** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Sistema de Cooperativas de Crédito do Espírito Santo – Sicoob Espírito Santo
Notas explicativas da administração às Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

24. Patrimônio líquido

(a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
De Domiciliados no País	1.158.120	1.054.190
(-) Capital a Realizar	(25.038)	(13.295)
Capital Social	1.133.082	1.040.895

(b) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, conforme percentual de cada Cooperativa no quadro abaixo, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

Cooperativa	Percentual (%)
Sicoob Central ES	10
Sicoob Sul-Litorâneo	55
Sicoob Sul	55
Sicoob Leste Capixaba	55
Sicoob Centro-Serrano	55
Sicoob Norte	55
Sicoob Sul-Serrano	55
Sicoob Credirochas	55

(c) Reserva Estatutária

Constituída com 1% sobre as sobras referente ao Fundo de Investimento Social conforme estatuto.

Movimentação FIS	31/12/2021	31/12/2020
Saldo Inicial do FIS	4.207	3.254
Devolução	5	25
Constituição	4.481	2.842
(-) Utilização FIS	(3.277)	(1.914)
Saldo Final FIS	5.416	4.207

(d) Reserva Contingência

Constituída na Assembleias Geral Ordinária 2020 com as sobras de 2019 pelas Cooperativas Sicoob Centro Serrano, Sicoob Norte, Sul Serrano e Sicoob Credirochas, no montante de R\$ R\$ 20.773 mil, tem como objetivo prevenir possíveis perdas da Cooperativa com agravamentos de risco de crédito em virtude de operações renegociadas ou liberadas por consequência da pandemia da COVID19 e com prazo de utilização até a AGO 2023.

Nas AGO, realizadas em **2021**, foi deliberado pelas cooperativas citadas acima, o aumento no montante de R\$ 8.359 mil com as sobras do exercício findo em **31 de dezembro de 2020** também com o prazo de utilização até a AGO de 2023.

(e) Sobras Acumuladas

Sistema de Cooperativas de Crédito do Espírito Santo – Sicoob Espírito Santo
Notas explicativas da administração às Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Nas Assembleias Gerais Ordinárias, realizadas em 2021, os cooperados das singulares e cooperativas integrantes da Central, deliberaram pelo aumento do capital social com sobra do exercício findo em **31 de dezembro de 2020**, no valor de R\$ 103.130 mil e R\$ 34.093 mil foi destinado a reserva legal.

(f) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Sobra líquida do exercício	535.413	320.121
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	(17.519)	(912)
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	517.894	319.209
Total Reserva legal - 55%	(247.707)	(157.372)
Total Fundo de assistência técnica, educacional e social – 5%	(23.022)	(14.738)
Fundo Investimento Social – 1%	(4.481)	(2.842)
Utilização do FIS	3.277	1.914
Sobras após as destinações estatutárias e legais	245.961	146.171

(g) Demonstração do resultado de Atos Cooperativos e Não Cooperativos

O resultado do período da cooperativa será apresentado no quadro segregado em ato cooperativo (Ato Coop.) e Ato Não Cooperativo (Ato Não Coop.):

Descrição	31/12/2021			31/12/2020		
	Resultado do Período	Ato Coop.	Ato Não Coop.	Resultado do Período	Ato Coop.	Ato Não Coop.
Receitas (Ingressos) Operacionais	1.881.536	1.757.452	124.084	1.528.333	1.429.606	98.727
Despesas (Dispêndios) Operacionais	(918.883)	(898.974)	(19.909)	(824.369)	(806.317)	(18.052)
Despesas (Dispêndios) Operacionais proporcional a cada Ato	(421.721)	(393.930)	(27.791)	(360.165)	(336.898)	(23.267)
Resultado Operacional	540.932	464.548	76.384	343.799	286.391	57.408
Receita Não Operacional	19.799	-	19.799	8.090	-	8.090
Despesa Não Operacional	(18.500)	-	(18.500)	(24.410)	-	(24.410)
Resultado Não Operacional	1.299	-	1.299	(16.320)	-	(16.320)
Resultado Antes dos IRPJ/CSLL e Exclusões/Adições do Ato Cooperativo	542.231	464.548	77.683	327.479	286.391	41.088
IRP/CSLL	(6.818)	-	(6.818)	(7.358)	-	(7.358)
Exclusões/Adições do Ato Cooperativo	-	53.346	(53.346)	-	32.818	(32.818)
Resultado do Período	535.413	517.894	17.519	320.121	319.209	912

25. Pagamento de Juros ao Capital

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida

Sistema de Cooperativas de Crédito do Espírito Santo – Sicoob Espírito Santo
Notas explicativas da administração às Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Juros ao Capital	48.464	27.364
IRRF sobre juros ao capital	(576)	(188)
Juros ao Capital – Associados Desligados	(684)	(634)
Creditado em Conta Corrente	(9.308)	(5.222)
Valor incorporado a conta capital	37.896	21.320

26. Receitas (Ingressos) de Prestação de Serviços

Refere-se a receitas que a cooperativa recebe prestação de serviços de intermediação financeira, tais como, os recebimentos efetuados por conta de terceiros.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Cobrança	40.492	37.724
Rendas Transações Intercredis	6.374	6.257
Rendas de Cartões	21.105	14.140
Rendas de Convênios	5.440	3.548
Rendas de Serviços	18.632	13.882
Rendas de Tarifas	16.460	10.277
Comissão com Venda de Consórcios	14.384	7.921
Comissão com Venda de Seguros	32.510	31.643
Rendas Recebidas do Banco Sicoob	11.645	8.512
Outras Rendas de Prestação de Serviços	1.002	1.909
Total	168.044	135.813

27. Rendas (Ingressos) de Tarifas

Rendas de tarifas recebidas dos associados conforme tabela de tarifas e pacotes da Cooperativa.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Pacotes de Serviços – PF	28.226	23.390
Rendas de Serviços Prioritários – PF	7.469	9.048
Rendas de Serviços Diferenciados – PF	1.194	1.182
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	80.823	70.863
Total	117.712	104.483

28. Dispêndios/Despesas de Pessoal

São constituídas pelos salários, honorários, benefícios e encargos provisionados e pagos aos empregados da Cooperativa.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de Honorários	(15.982)	(14.325)
Despesas com Pessoal – Benefícios	(27.872)	(25.833)
Despesa de Pessoal – Encargos Sociais	(34.925)	(30.452)
Despesa de Pessoal – Proventos	(93.036)	(81.832)
Despesa de Pessoal - Treinamento	(540)	(37)
Despesa de Remuneração de Estagiários	(3.210)	(2.820)
Total	(175.565)	(155.299)

29. Outras Dispêndios/Despesas Administrativas

São constituídas por despesas de manutenção de sua infraestrutura operacional tais como, água, luz, telecomunicações, publicações, processamento de dados, além de serviços financeiros, de suporte técnico, consultoria, dentre outros.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
-----------	------------	------------

Sistema de Cooperativas de Crédito do Espírito Santo – Sicoob Espírito Santo
Notas explicativas da administração às Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Despesas de Água Energia e Gás	(5.637)	(4.546)
Despesas de Aluguéis	(18.995)	(16.034)
Despesas de Comunicações	(6.605)	(6.154)
Despesas de Manutenção e conservação de bens	(3.992)	(2.342)
Despesas de Material	(3.514)	(3.425)
Despesas de Processamento de Dados	(35.038)	(32.798)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(7.953)	(5.276)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(9.576)	(6.606)
Despesas de Publicações	(114)	(80)
Despesas de Seguros	(560)	(387)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(51.040)	(38.877)
Despesas de Serviços de Terceiros	(12.264)	(11.198)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(12.490)	(13.429)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(18.485)	(13.447)
Despesas de Transporte	(7.697)	(6.870)
Despesas de ao Exterior	(21)	-
Despesas de Viagem no País	(1.366)	(724)
Despesas de Multas Aplicadas pelo Banco Central	-	(10)
Despesas de Amortização	(412)	(298)
Despesas de Depreciação	(15.188)	(12.365)
Livros Jornais e Revistas	(16)	(33)
Condomínio	(250)	(249)
Emolumentos Judiciais e Cartorários	(3.509)	(3.113)
Copa/Cozinha	(581)	(403)
Lanches e Refeições	(888)	(661)
Uniformes e Vestuários	(77)	(53)
Contribuição a Oce	(440)	(384)
Taxas da Junta Comercial	(20)	(16)
Impostos e Taxas	(14)	(902)
Sistema Cooperativista	(1.090)	(1.096)
Mensalidades Diversas	(234)	(206)
Ações Judiciais	(627)	(550)
Contribuição Confederativa	(248)	(267)
Rateio Sicoob Confederação	(5.337)	(3.650)
Outras Despesas Administrativas	(448)	(333)
Total	(224.726)	(186.782)

30. Dispendios e Despesas Tributárias

Referem-se a despesa com tributos e contribuições sobre o Ato Não Cooperativo:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Despesa com Impostos e Taxas	(840)	(3.050)
Despesa de Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISS	(5.403)	(4.204)
Despesa Contribuição ao Cofins	(4.507)	(3.966)
Despesa Contribuição ao PIS e PASEP	(1.654)	(1.457)
TOTAL	(12.404)	(12.677)

31. Resultado de Participações em Coligadas e Controladas

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Ajustes em Investimentos em Coligada e Controlada (a)	11.692	8.953
Despesa de Ajustes em Investimentos em Coligada e Controlada	(250)	(762)
TOTAL	11.442	8.191

(a) O principal valor desta conta refere-se ao reconhecimento de ganho na equivalência patrimonial do investimento junto Banco Sicoob que totalizou R\$ 10.579 mil.

32. Outros Ingressos e Receitas Operacionais

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Recuperação de Encargos e Despesas	15.752	9.725
Rendas de repasses Delcredere	7.487	5.900
Dividendos recebidos pelo Banco Sicoob	1.708	8.995

Sistema de Cooperativas de Crédito do Espírito Santo – Sicoob Espírito Santo
Notas explicativas da administração às Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Rendas de juros Cartão de crédito	28.035	23.709
Rendas multas por Atraso cartão de Crédito	4.321	3.313
Crédito Receita SIPAG – Faturamento	5.287	5.936
Crédito Receita SIPAG – Antecipação	2.875	4.790
Juros e Correções Monetárias	1.521	29
Premiações	10	157
Outras Rendas Operacionais	25	52
Total	67.021	62.606

Refletem principalmente recuperação de encargos e despesas, receitas com cartão de crédito e delcredere.

33. Outros Dispendios e Despesas Operacionais

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Descontos Concedidos - Operações de Crédito	(11.270)	(14.688)
Correspondente Bancário	(850)	(705)
Cancelamento de Tarifas Pendentes	(10.334)	(8.874)
Contribuição ao Fundo Tecnologia da Informação	(8)	(1)
Contribuição ao Fundo de Ressarcimento de Fraudes - Externas	(2.396)	(479)
Contribuição ao Fundo de Ressarcimento de Fraudes - Operacionais	(158)	(205)
Estornos Juros	(32)	(122)
Multas Juros Diverso	(20)	(27)
Perdas Fraudes Externas	(3.898)	(544)
Perdas Práticas Inadequadas	(244)	(1.618)
Tarifas recebimento de Convênios Diversos	(513)	(256)
Contribuição ao Fundo de Estabilidade Financeira do Sicoob	-	(25)
Outras Despesas Operacionais	(1.255)	(877)
Total	(30.978)	(28.421)

São despesas de provisões para descontos concedidos em operações de crédito, cancelamento de tarifas pendentes, contribuição ao fundo de tecnologia da confederação e Contribuição Fundo de Estabilidade Financeira e Fomento do Sicoob ES.

34. Despesas com Provisões

34.1 Provisão/Reversão para Passivos Contingentes

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Custas Judiciais – Cíveis/Trabalhistas	(19)	-
Provisão para Passivos Trabalhistas	(310)	(123)
Provisão para Passivos Contingentes	(928)	(652)
Reversão de Provisão para Contingências	619	1.011
TOTAL	(638)	236

Conforme prescreve o CPC 25 (Provisões, passivos contingentes e Ativos Contingentes) a Cooperativa deve reconhecer em seu resultado as provisões de contingências dos seus processos judiciais, no qual, seus consultores jurídicos estabelecem como probabilidade de provável.

34.2 Provisão/Reversão para Garantias Prestadas

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Provisão de Garantias Financeiras Prestadas	(34.154)	(25.892)
Reversão de Provisão de Garantias Financeiras Prestadas	26.288	20.308
TOTAL	(7.866)	(5.584)

Refere-se à contabilização, da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. É concedido um aval a diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

Sistema de Cooperativas de Crédito do Espírito Santo – Sicoob Espírito Santo
Notas explicativas da administração às Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

35. Outras Receitas e Despesas

Consiste em receitas (despesas) provenientes da alienação de bens e direitos não diretamente relacionada ao desenvolvimento de sua atividade Cooperativista de Crédito.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Lucro em Transações com Ativo Não Financeiro mantidos para Venda (a)	1.097	657
Ganhos de Capital	353	365
Rendas de Aluguéis	238	216
Desvalorização de Ativo Não Financeiro mantidos para Venda (a)	16.892	6.190
Outras Receitas Não Operacionais	1.219	662
(-) Prejuízos na Alienação de Ativo Não Financeiro mantidos para Venda (a)	(7.438)	(4.875)
(-) Perdas de Capital	(264)	(927)
(-) Desvalorização de Ativo Não Financeiro mantidos para Venda (a)	(10.674)	(18.198)
(-) Outras Despesas Não Operacionais	(124)	(410)
Resultado Líquido	1.299	(16.320)

(a) Até o ano 2020 esses bens, suas provisões e suas reversões/despesas eram registrados nas rubricas como Outros Valores e Bens e foram reclassificados em 2021 conforme determina a Carta Circular BCB 3.994/2019.

36. Resultado Não Recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme definição da Resolução BCB n.º 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultado não recorrente no exercício de 2021.

37. Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas, para fins de Demonstrativos Contábeis e Notas Explicativas, as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, conforme Resolução CMN nº 4.693/2018.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Operações ativas e passivas – saldo em **31/12/2021**:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Conta Garantida/Cheque Especial	198	(13)	0,17%
Títulos Descontados	2.262	(9)	0,79%
Financiamentos Rurais	14.825	(966)	1,65%
Empréstimo	39.644	(1.378)	0,82%
Financiamento	12.085	70	0,73%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa - %
Depósitos a Vista	20.163	0,65%	-
Depósitos a Prazo	62.274	1,34%	80% a 105% CDI
Letra de Crédito Agronegócio - LCA	3.602	0,84%	91% a 93% CDI

Sistema de Cooperativas de Crédito do Espírito Santo – Sicoob Espírito Santo
Notas explicativas da administração às Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Letra de Crédito Imobiliário - LCI	8.255	1,92%	88% a 100% CDI
------------------------------------	-------	-------	----------------

b) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

NATUREZA DAS OPERAÇÕES ATIVAS E PASSIVAS	TAXAS APLICADAS EM RELAÇÃO ÀS PARTES RELACIONADAS	TAXA APROVADA PELO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO / DIRETORIA EXECUTIVA
Cheque Especial / Conta Garantida	1,50% a 6,97% am	1,50% a 6,97% am
Cheque Especial/Conta garantida (com garantia real)	1,20%am a 2,50% a.m	1,20%am a 2,50% a.m
Desconto de Recebíveis (Cheque, Duplicata e Cartão)	0,75% a.m. à 3,50% a.m	0,75% a.m. à 3,50% a.m
Consignado	0,49%am a 1,75% am	0,49% a 1,75%
Empréstimos	0,00% am a 10,00% a.m + CDI	0,00% am a 8,20% a.m.
	0,24% a 4,20% a.a + CDI	0,24% a 4,20% a.a + CDI
Empréstimo com Garantia Real de Aplicação Financeira	A partir de 140% CDI considerando o mínimo de 100% do valor da operação	A partir de 140% CDI considerando o mínimo de 100% do valor da operação
Vendas de Bens não de uso Próprio – imóvel	0,49%	0,49%
	CDI + 0,00%	CDI + 0,00%
Financiamentos	0,20%am + CDI a 3,00% am+ CDI	0,20%am + CDI a 3,00% am+ CDI
Renegociações	0,49% a.m. a 2,65%a.m.	0,49% a.m. a 2,65%a.m.
	CDI + 0,24% a.m à 2,65% a.m	CDI + 0,24% a.m à 2,65% a.m
Crédito Rural - RPL	3,00 % a 24,90% a.a + CDI	3,00 % a 24,90% a.a + CDI
Crédito Rural – LCA prefixado	10,75% a 24,90% a.a	10,75% a 24,90% a.a
Crédito Rural - Repasses	3,00%aa a. 19,99 a.a. + TR	3,00%aa a. 19,99 a.a. + TR
	3,00% a 8,50% a.a + CDI	3,00% a 8,50% a.a + CDI
Pronampe - Lei nº 13.999/20	1,25% a. a. + SELIC à 4,00% a. a. + SELIC	SELIC + 4,0% a. a. à SELIC + 6,0% a. a.
Aplicações Financeiras – RDC Longo CDI	80% a 110% CDI	80% a 110% CDI
Aplicações Financeiras - LCA	88% a 100% CDI	88% a 100% CDI
Aplicações Financeiras - LCI	88% a 100% CDI	88% a 100% CDI

c) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Cheque Especial	184
Crédito Rural	49.559
Empréstimos	82.310
Direitos Creditórios Descontados	4.837
Financiamentos	47.471

d) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

Submodalidade Bacen	31/12/2021	31/12/2020
1502 Beneficiários de Gar. Prestadas para Operações Com Outras Pessoas	214	70
1513 Beneficiários de Outras Coobrigações	3.042	2.530

Sistema de Cooperativas de Crédito do Espírito Santo – Sicoob Espírito Santo
Notas explicativas da administração às Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

e) Em 31/12/2021, os benefícios monetários e não monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários, custeio parcial de plano de saúde, seguro de vida e previdência privada, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2021 (R\$ mil)	
Honorários e Cédula de Presença	9.916
Salário/Remuneração	1.047
Plano de Saúde / Seguro de Vida / Vale Alimentação / Previdência Privada	556

O Sicoob combinado ES Cooperativa apresenta os valores de transação com as partes relacionadas que teve com o Banco Sicoob, onde é acionista e está presente com representante no conselho de administração.

Transações com Banco Sicoob		
	31/12/2021	31/12/2020
Ativo	3.588.349	3.160.340
Disponibilidades	3	3
Depósitos Interfinanceiros	2.757.244	2.338.159
Cotas de Fundos de Renda Fixa	831.102	822.178
Passivo	667.179	563.803
Obrigações por empréstimos	1.119	36.325
Relações Interfinanceiras	666.060	527.478

38. Gerenciamento de Risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, busca identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos e Política Institucional de Gerenciamento de Capital, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, socioambiental e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo adequada disseminação de informações e da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das cooperativas.

38.1 Risco operacional

As diretrizes para gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

Sistema de Cooperativas de Crédito do Espírito Santo – Sicoob Espírito Santo
Notas explicativas da administração às Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

A metodologia de alocação de capital utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico.

38.2 Risco de Crédito

As diretrizes para gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações e monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;

Sistema de Cooperativas de Crédito do Espírito Santo – Sicoob Espírito Santo
Notas explicativas da administração às Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

k) modelos para avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;

l) aplicação de testes de estresse identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;

m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;

n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

38.3 Risco de Mercado e Variação das taxas de Juros

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação de valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui os riscos da variação das taxas de juros, dos preços das ações, da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities).

O Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com objetivo de assegurar que o risco das entidades do Sicoob seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e manuais institucionais.

As diretrizes para gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros do Sicoob é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de mercado e do IRRBB utilizados são:

a) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e a alta administração, que evidenciem, no mínimo:

a.1) abordagem do valor em risco (VaR): avaliação da perda máxima estimada da carteira para um determinado horizonte de tempo, em condições normais de mercado, dado intervalo de confiança.

a.2) abordagens de valor econômico (EVE): avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o valor presente dos fluxos de caixa dos instrumentos classificados na carteira bancária da instituição;

a.3) abordagens de resultado de intermediação financeira (NII): avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação financeira da carteira bancária da instituição;

a.4) limites máximos do risco de mercado e do IRRBB;

a.5) aplicação de cenários de estresse;

a.6) definição de planos de contingência.

Sistema de Cooperativas de Crédito do Espírito Santo – Sicoob Espírito Santo
Notas explicativas da administração às Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de mercado.

Para as parcelas de risco de mercado da carteira de negociação RWAjur1, RWAjur2, RWAjur3, RWAjur4, RWAcam, RWacom e RWAacs são utilizadas metodologias padronizadas, de acordo com os normativos do Banco Central do Brasil.

São realizados testes de estresse, com o objetivo de inferir a possibilidade de perdas resultantes de oscilações bruscas nos preços dos ativos, possibilitando a adoção de medidas preventivas.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das entidades do Sicoob.

38.4 Risco de Liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade da entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento do risco liquidez, com objetivo de assegurar que o risco das entidades seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e manuais institucionais.

As diretrizes para gerenciamento do risco de liquidez encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira e Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez, aprovadas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O gerenciamento do risco de liquidez das entidades do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente as boas práticas de gestão.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

a) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração que evidenciem, no mínimo:

- limite mínimo de liquidez;
- fluxo de caixa projetado;
- aplicação de cenários de estresse;
- definição de planos de contingência.

b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;

c) existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

Sistema de Cooperativas de Crédito do Espírito Santo – Sicoob Espírito Santo
Notas explicativas da administração às Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

São realizados testes de estresse em diversos cenários, com o objetivo de identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das entidades do Sicoob.

38.5 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

As diretrizes para gerenciamento do risco socioambiental encontram-se registradas na Política Institucional de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento do risco socioambiental consiste na avaliação dos potenciais impactos socioambientais negativos, inclusive em relação ao risco de reputação, para a elegibilidade das operações:

- a) setores de atuação de maior exposição ao risco socioambiental;
- b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição ao risco socioambiental;
- c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição ao risco socioambiental.

As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo ou infantil.

38.6 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
- d) continuidade planejada das operações (ativos, inclusive pessoas, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e após a interrupção;
- e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificação dos processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, anualmente, os Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: plano de continuidade operacional (PCO) e Plano de recuperação de desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

Sistema de Cooperativas de Crédito do Espírito Santo – Sicoob Espírito Santo
Notas explicativas da administração às Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

39. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

40. Patrimônio de Referência e demais limites operacionais

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o valor do Patrimônio de Referência e o índice de Basileia de cada Cooperativa do Sistema Sicoob ES:

Cooperativa	Índice da Basileia		Patrimônio de Referência	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Sicoob Central ES	13,39%	15,00%	172.355	175.116
Sicoob Sul-Litorâneo	30,98%	32,54%	121.390	106.228
Sicoob Sul	33,37%	33,36%	423.860	365.434
Sicoob Leste Capixaba	28,18%	28,06%	642.755	531.032
Sicoob Centro-Serrano	23,85%	22,59%	245.300	199.530
Sicoob Norte	31,17%	29,56%	251.004	198.126
Sicoob Sul-Serrano	29,62%	28,67%	479.093	399.482
Sicoob Credirochas	20,31%	22,16%	152.414	127.032
Média/Total	26.36%	26,49%	2.488.171	2.101.980

41. Benefícios a Empregados

As cooperativas são patrocinadoras de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ e pela MAPFRE Previdência.

As contribuições dos funcionários e administradores da cooperativa são de forma facultativa, variando de **1% a 8%** do salário, além disso, a cooperativa contribui adicionando **50%** do valor descontado de previdência privada na forma de benefício para o colaborador.

Os valores gastos referentes a benefícios de Previdência Privada efetuados pela Cooperativa totalizaram em 31/12/2021 R\$ 1.782 mil (31/12/2020 – R\$ 1.652 mil).

Vitória-ES, 11 de fevereiro de 2022

Bento Venturim
Diretor Presidente
CPF: 425.679.127-20

Nailson Dalla Bernadina
Diretor Executivo
CPF: 077.720.547-50

Sistema de Cooperativas de Crédito do Espírito Santo – Sicoob Espírito Santo
Notas explicativas da administração às Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Wanderson Vieira da Silveira
Contador CRC nº 016925/O-0-ES
CPF: 099.673.817-79

* * *

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS COMBINADAS

Aos Administradores e aos Cooperados do
Sistema de Cooperativas de Crédito do Espírito Santo - SICOOB ESPÍRITO SANTO

Vitória/ES

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis combinadas da Sistema de Cooperativas de Crédito do Espírito Santo - Sicoob Espírito Santo (Sistema Sicoob ES), que compreendem o balanço patrimonial combinado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações combinadas de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis combinadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sistema Sicoob ES em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), associadas às diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.151, de 30 de outubro de 2012 e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, descritas nas Notas Explicativas nº 2 e nº 3.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis combinadas". Somos independentes em relação ao Sistema Sicoob ES, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 que descreve que as demonstrações contábeis combinadas do SISTEMA SICOOB ES foram elaboradas pela administração para cumprir os requisitos da Resolução CMN nº 4.151/12 e regulamentações complementares do Bacen. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações contábeis combinadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins. Nossa opinião não se modifica no que diz respeito a este assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis combinadas e o relatório do auditor

A administração do Sistema Sicoob ES é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis combinadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis combinadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis combinadas ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis combinadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis combinadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, associadas às diretrizes estabelecidas na Resolução 4.151 do CMN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis combinadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Sistema Sicoob ES continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis combinadas, a não ser que a administração pretenda liquidar o Sistema Sicoob ES ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Sistema Sicoob ES são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis combinadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis combinadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis combinadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis combinadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis combinadas, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Sistema Sicoob ES.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional do Sistema Sicoob ES. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis combinadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis combinadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis combinadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis combinadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época dos trabalhos de auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte/MG, 11 de fevereiro de 2022.



Julio César Toledo de Carvalho
Contador CRC MG 69.261/O

Luciano Gomes dos Santos
Contador CRC RS 059.628/O